

Malfitano, APS e Bardi, G
Universidade Federal de São Carlos

Juventude e atenção básica em saúde: entre proposições e efetivações com públicos de regiões periféricas

Discussões em torno da temática da juventude na atualidade vêm sendo realizadas sob diversos prismas em âmbito mundial. Na sociedade brasileira, em consequência de sua grande representatividade numérica, correspondente a cerca de 50% de toda a população com idade entre 0 e 29 anos, bem como fruto da imagem e associação entre juventude e violência, o tema tem sido pautado na perspectiva do imaginário sociocultural e das políticas sociais. Trata-se de um grupo plural com vivências contemporâneas caracterizadas por constantes e rápidas mudanças de sociabilidades, de valores e de modos de vida, que influenciam no arcabouço de investigação de quem é o jovem nos dias de hoje.

Dentro de tal complexidade, destacamos o pertencimento a uma classe social como elemento essencial para a compreensão dos jovens escolhidos como população foco nesse estudo. Tal escolha é feita por acreditarmos que a estruturação socioeconômica da sociedade ocidental é de grande influência na trajetória de vida, sendo o lugar social capaz de criar diferenças nas possibilidades de vivência da juventude e no seu acesso a direitos sociais, demarcando suas possibilidades de intervenções na sociedade. Envoltos por panoramas econômicos, sociais e culturais específicos, esses jovens populares ganham, historicamente, diversas compreensões no imaginário social. Primeiramente, há um olhar para essa população associado à piedade, advindo, principalmente, em torno do lugar social da “criança abandonada” na história brasileira. Por outro lado, há, também, a visão do medo, produzido por essas mesmas instituições históricas de assistência para essa população, que assumem para si o jovem como um problema que ameaça as regras da boa convivência social.

A violência tem se tornado tema constante e banalizado quando se aborda a juventude brasileira, principalmente no que concerne, no imaginário social, ao papel de ator que o jovem ocupa nas ações que aterrorizam e amedrontam os nossos ‘cidadãos de paz’. Para estes, em seus papéis de vítimas, torna-se quase impossível levar em consideração os contextos, as histórias de vidas e o não-acesso a direitos que permeiam a vida dos jovens.

Dessa forma, refletindo sobre as constatações acerca da juventude com a qual nos deparamos no Brasil, encontramos uma multiplicidade de demandas por intervenções e políticas direcionadas para essa população. No âmbito governamental, as secretarias públicas têm elaborado propostas de ação com essa população, incluindo o setor saúde. Por meio do Ministério da Saúde, apontamentos têm sido realizados sobre os serviços e os tipos de abordagem/tratamentos direcionados para adolescentes e jovens. Compete-nos compreender o processo sócio-histórico das políticas públicas para adolescentes e jovens no país e perceber em que nível as proposições estão sendo efetivadas na prática, sendo que, nesta pesquisa, dedicamo-nos especificamente à saúde.

Neste âmbito, o trabalho aqui apresentado traz parte dos resultados de uma pesquisa realizada no campo da atenção básica em saúde, que busca investigar, em uma região periférica do município de São Carlos, localizada no interior do estado de São Paulo, com população de cerca de 200 mil habitantes, as ações produzidas no âmbito da atenção básica em saúde, em especial aquelas com interfaces produzidas pela Estratégia de Saúde da Família com a população juvenil, bem como o papel dos profissionais da equipe para atenção a essa população.

Investigamos a existência (ou não) de ações na região direcionadas para a adolescência e juventude realizadas pelos serviços de atenção básica em saúde e seu modo de funcionamento, à luz das fontes documentais previstas pelo Ministério da Saúde e pelo município, focalizando naqueles que pautam políticas, programas ou ações destinadas para a juventude em questão.

Para realização de tal discussão, realizamos atividade de campo em uma região periférica, associando este trabalho a um projeto de ensino, pesquisa e extensão já desenvolvido na região, sob coordenação de docentes do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. A partir de nossa inserção e participação direta em atividades junto aos jovens do local, focalizamos aqui a discussão das ações de saúde com vistas a desvelar os âmbitos de interface e contradição entre as demandas da população e os serviços oferecidos. Para tanto, além da observação participante realizada por meio de nossa participação direta em campo, entrevistamos, com modelos semi-estruturados temáticos e abertos, profissionais que atuam na região, priorizando aqueles da saúde básica, e os próprios jovens. No total foram realizadas 20 entrevistas, com os seguintes interlocutores: gestores, técnicos de serviços de saúde, técnicos de outros serviços da região frequentados pelos jovens e os próprios jovens. No que concerne aos gestores e técnicos de saúde, estão: o Secretário Municipal de Saúde de São Carlos, a Diretora da Atenção Básica de São Carlos, as Chefes das Divisões Regionais de Saúde, profissionais e residentes da rede de atenção básica em saúde. Além dos profissionais citados acima, consideramos que poderia ser relevante para a pesquisa entrevistar coordenadores de outros equipamentos, não pertencentes ao campo da saúde, direcionados para jovens na região, sendo essas pessoas: a Diretora de Políticas Públicas para a Infância e Juventude (pertencente à Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude), a Coordenadora do Ensino Médio de uma escola da região, e a Coordenadora Pedagógica de um equipamento destinado especialmente a este público, com foco no lazer, cultura e formação, denominado Centro da Juventude. Objetivamos perceber, entre outras evidências, se nesses equipamentos são percebidas demandas por saúde e como essas são encaminhadas. Outra população foco de nossas entrevistas foram os jovens moradores da região, totalizando cinco entrevistas em profundidade com esse grupo, através dos quais buscamos perceber as visões sobre os serviços de saúde e a participação existente (ou não) pelos mesmos nesses locais.

Partindo do pressuposto que grande parte destes jovens encontra-se na indigência, vivendo em situação de precariedade e vulnerabilidade social extremas, reforça-se o desafio que o setor saúde possui de criar estratégias e metodologias de trabalho que possam se dedicar às proposições/ações para intervir com essa população.

Na análise do material de campo, por meio das entrevistas e participação no local, observamos, inicialmente, que poucas ações são realizadas com foco para essa população, reproduzindo uma tendência histórica na qual os adolescentes e jovens são, tradicionalmente, população invisível para os serviços de saúde. Para os gestores e profissionais, as categorias acerca da juventude em interface com a atenção básica em saúde são: gravidez, drogadição, concepções sobre o conceito de adolescência e articulação da rede de saúde com os demais serviços sociais destinados a esta população. Retomando o processo sócio-histórico de programas e políticas públicas dirigidas para a população em questão no país, especialmente no que tange a saúde, observamos uma reprodução de categorias consolidadas, mas que pouco se comunicam com a real demanda dessa população.

A estruturação e organização dos serviços de saúde não conta, tradicionalmente, com um lugar de atenção e acolhimento para a população juvenil. O acesso às unidades de saúde fica restrito ao acolhimento de situações clínicas específicas, sendo, com maior frequência, os casos de gravidez na adolescência e, conseqüentemente, necessidade de realização de pré-natal, além da pequena demanda espontânea que “chega”. Dessa maneira, os jovens não reconhecem portas de diálogo por meio dos equipamentos sociais de saúde, não os colocando em sua rede de suporte e acessibilidade. Além disso, os técnicos pouco vêem as reais demandas dos jovens, uma vez que têm pouca capacitação para o atendimento a esta população, não criando estratégias de atenção a este grupo, conforme previsto pelo Ministério da Saúde. O Ministério, em documento específico para a área, aponta como elementos para o trabalho, priorizando a atenção básica em saúde como locus privilegiado de intervenção: Participação Juvenil, Equidade de Gêneros e o Empoderamento do Sexo Feminino, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Projeto de Vida, Cultura de Paz, Igualdade Racial e Étnica e Ética e Cidadania.

Diante desta problemática, faz-se necessário criar estratégias de atenção e cuidado para a população juvenil, a partir do paradigma contemporâneo sobre a juventude, com vistas que esta população acesse seus direitos sociais, entre eles a saúde. Não basta dizer que os profissionais não acolhem a demanda e são necessárias estratégias de sensibilização e capacitação. Embora tais medidas sejam relevantes, faz-se necessário um real debate sobre o lugar do adolescente e jovem nos serviços de saúde e a priorização real e efetiva deste grupo no âmbito das ações a serem priorizadas e acolhidas pelos serviços, numa perspectiva que não medicalize a população, mas, efetivamente, debruce-se sobre as possibilidades dos serviços de saúde na discussão, necessariamente intersetorial e interdisciplinar, sobre as políticas e serviços destinados à adolescência e à juventude brasileiras.

Palavras-chave: atenção básica; juventude; direitos sociais.